



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Finanças, 01.614.537/0001-04



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Ildilene Santos Oliveira
Jessica Sabrina Miranda Lopes



Problema Resumido

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta a falta de orientação e suporte jurídico adequado para a resolução de questões legais complexas, comprometendo o andamento de atividades internas

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta atualmente um significativo desafio relacionado à insuficiência de orientação e suporte jurídico nas questões legais que permeiam a administração pública. Esta lacuna tem impactos diretos no andamento das atividades internas do município, uma vez que a resolução inadequada ou tardia de questões jurídicas pode comprometer não apenas a eficácia administrativa, mas também a conformidade legal das ações governamentais.

A ausência de assessoria jurídica capacitada tem dificultado o tratamento de assuntos complexos, resultando em riscos jurídicos elevados e, potencialmente, em prejuízos financeiros para a municipalidade. Ademais, a falta de documentação adequada em processos licitatórios, contratos administrativos e outras obrigações legais pode expor a administração a questionamentos judiciais, implicando em atrasos significativos na execução de políticas públicas.

O atendimento dessa necessidade é fundamental para assegurar que as operações da Prefeitura de Itinga do Maranhão sejam realizadas dentro dos parâmetros legais estabelecidos, garantindo a



308

transparência e a lisura nas ações administrativas. Além disso, a articulação de uma equipe técnica jurídica robusta é essencial para promover uma gestão pública mais eficiente e responsiva, que atenda aos interesses da população.

Portanto, delinear um caminho para a implementação de um suporte jurídico resolutivo é imperativo para que a administração pública local possa operar com segurança, eficiência e em plena consonância com os princípios que regem a administração pública, visando sempre o bem-estar da comunidade itinguense. A adequação a essa lacuna permitirá uma melhor resposta às demandas da população e fortalecerá a confiança no serviço público.

☰ REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão reconhece a necessidade de obter orientação e suporte jurídico adequado para resolver questões legais complexas, de forma a garantir a continuidade das atividades internas. Para atender a essa demanda, foram elaborados requisitos que a solução contratada deverá satisfazer. Esses requisitos visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, respeitando os princípios da concorrência e da economicidade.

Requisitos da contratação:

1. Disponibilidade de equipe jurídica composta por profissionais com formação em Direito e registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
2. Experiência comprovada em consultoria jurídica para órgãos públicos, com apresentação de pelo menos 3 referências de contratos anteriores.
3. Capacidade de oferecer suporte jurídico nas áreas de Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Tributário.
4. Criação e implementação de um canal de comunicação direta (e-mail ou telefone) para consultas rápidas.
5. Entrega mensal de relatórios detalhados sobre as demandas jurídicas atendidas, identificando principais questões tratadas e soluções propostas.
6. Garantia de confidencialidade das informações tratadas, assegurando que dados sensíveis não sejam divulgados sem autorização.
7. Proposta de preço global fixa, incluindo todas as taxas e encargos.

Esses requisitos visam garantir uma solução que atenda plenamente às necessidades da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, permitindo que questões legais possam ser resolvidas de maneira eficiente e eficaz.

☰ SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções Disponíveis:

Jéssica



1. Contratação de Escritório de Advocacia

Vantagens:

- Expertise: Escritórios especializados oferecem conhecimento aprofundado em áreas específicas do direito.
- Suporte contínuo: A contratação pode garantir atendimento a diferentes demandas com rapidez.
- Responsabilidade jurídica: O escritório assume a responsabilidade pelas orientações dadas, reduzindo riscos para a prefeitura.

Desvantagens:

- Custo elevado: Honorários podem ser altos, especialmente se o escritório for reconhecido.
- Dependência: Pode criar uma dependência da equipe jurídica contratada para questões cotidianas.
- Tempo de resposta: A burocracia interna do escritório pode atrasar orientações e pareceres.

A escolha da solução ideal dependerá da avaliação prioritária entre custos, agilidade, controle e expertise, bem como das particularidades da demanda jurídica da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão.

048



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela contratação de um escritório de advocacia para prestar serviços jurídicos à Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão é justificada pela necessidade de contar com uma assessoria jurídica especializada e estruturada, capaz de oferecer soluções eficientes para as questões legais que surgem no âmbito da administração pública. A complexidade das demandas enfrentadas pela gestão municipal exige um suporte jurídico qualificado que não só garanta a conformidade com a legislação, mas também antecipe e resolva desafios legais que podem comprometer a execução de políticas públicas e o cumprimento das responsabilidades do município.

Primeiramente, a experiência e a especialização dos profissionais de um escritório de advocacia renomado são essenciais para garantir que a Prefeitura receba a orientação adequada em temas que envolvem o direito público, o direito administrativo, contratos administrativos, licitações, e outros assuntos relevantes para a administração municipal. Essa expertise contribui diretamente para a redução de riscos jurídicos, prevenindo ações que possam resultar em prejuízos financeiros, litígios desnecessários ou danos à imagem da gestão pública.

Além disso, a contratação de um escritório de advocacia possibilita a obtenção de uma assessoria contínua e estratégica. Os advogados serão capazes de atuar de forma proativa, fornecendo pareceres, orientações e soluções rápidas para as questões que surgem no dia a dia da administração, desde consultas simples até demandas mais complexas que exijam uma análise detalhada. A capacidade de oferecer uma resposta ágil e precisa é fundamental para a tomada de decisões informadas e para a minimização de erros que poderiam gerar custos adicionais e implicações legais negativas.

Outro ponto importante é a independência e imparcialidade que o escritório de advocacia pode trazer para a gestão municipal. Ao contratar um escritório externo, a Prefeitura garante que o suporte



jurídico seja oferecido de maneira isenta, com foco exclusivamente no interesse público e no cumprimento da legalidade. Esse aspecto é crucial para garantir que a administração pública seja conduzida com transparência, responsabilidade e de acordo com os princípios constitucionais.

509

Por fim, a escolha de um escritório de advocacia também se justifica pelo aspecto econômico. Embora a contratação de serviços jurídicos represente um investimento inicial, o custo-benefício a longo prazo é positivo. A atuação preventiva e a redução de riscos jurídicos proporcionada pela assessoria especializada resultam em economia significativa, evitando gastos com litígios e sanções que poderiam sobrecarregar o orçamento municipal.

Em suma, a contratação de um escritório de advocacia é uma decisão estratégica e necessária para garantir a legalidade, eficiência e segurança jurídica da administração pública municipal, promovendo uma gestão mais eficaz, transparente e alinhada aos interesses da população de Itinga do Maranhão.

1/2

QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Lote 01			
Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	0 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO - MA O OBJETO DA CONTRATAÇÃO INCLUI OS SEGUINTE SERVIÇOS: a) Consultoria e Assessoria Jurídica, para realização de análise, acompanhamento e ingresso de ações judiciais para exclusão de inadimplência junto ao CAUC-SIAFI;b) Consultoria no acompanhamento e tomada de medidas com a precípua finalidade inadimplência junto ao CEI - Cadastro Estadual de Inadimplentes, Acompanhamento nas defesas e ações judiciais e administrativas quanto a prestação de contas de Convênios Estadual e Federal;c) Consultoria, execução e elaboração do Programa de Regularização Fundiária Urbana dos municípios;d) Consultoria e Ingresso de Ações judiciais em recuperação de receitas devidamente apuradas pelo Setor de Tributos e aquelas provenientes de perdas ocasionadas por irregularidade no cumprimento das normas pelo Governo Federal e Estadual, em especial recuperação dos valores relativos aos fundos educacionais que deixaram de ser repassados aos municípios em razão de base de cálculos equivocada praticada pela União Federal;Acompanhamento, defesa e provimento de medidas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA;f) Ingresso de Ações Judiciais e medidas administrativas para responsabilizar ex-gestores inadimplentes, tais como: Ação Civil Pública, Notícia Criminis, instauração de Tomadas de Contas Especial, no intuito de regularizar a inadimplência municipal, em especial de convênios e programas federais e estaduais;g) Defesa em	MÊS	12

Jenico



Execuções Fiscais, proveniente da Receita Federal contra a Fazenda Pública;h) Consultoria e regularização de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;i) Auditoria em Processos Licitatórios realizados pela CCL;j) Consultoria e Auditoria em Processos e procedimentos administrativos para a regularidade do pagamento as despesas públicas;k) Defesa nas ações judiciais contra a fazenda pública e consultoria nas defendidas pela procuradoria municipal. Elaboração de Pareceres;l) Consultoria Jurídica quanto a prestação de informações junto ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, TCE/MA e aos demais órgãos de fiscalização e controle. Consultoria Jurídica presencial para Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão – MA.

06
B



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação de consultoria jurídica para a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão deve ser considerada como uma contratação contínua e não passível de parcelamento, uma vez que os serviços jurídicos exigem uma atuação constante e integrada em diferentes áreas da administração pública. A complexidade das questões legais enfrentadas pela prefeitura demanda um acompanhamento próximo e regular por parte dos especialistas, de modo a garantir que as orientações sejam adequadas e eficazes no tempo certo. O parcelamento poderia resultar em lacunas no suporte jurídico, prejudicando o fluxo de trabalho e a tomada de decisões críticas.

Benefícios significativos podem ser alcançados com uma contratação unificada do serviço, pois permite à administração pública ter um consultor ou equipe dedicados que se familiarizarão com as particularidades do município, possibilitando respostas mais ágeis e eficientes às demandas jurídicas. Além disso, essa abordagem contribui para a construção de um relacionamento contínuo de confiança entre a prefeitura e a consultoria, aumentando a eficácia das soluções propostas e trazendo uma melhor compreensão das necessidades e desafios específicos do setor público.

Por fim, ao evitar o parcelamento dessa contratação, a Prefeitura de Itinga do Maranhão assegura uma maior eficiência na execução dos serviços, alinhando-se aos interesses públicos que requerem soluções rápidas e efetivas para problemas legais. O comprometimento com o atendimento integral às atividades e a proteção legal necessária é fundamental para o bom andamento da administração, proporcionando maior segurança jurídica e minimizando riscos que poderiam comprometer o funcionamento dos serviços públicos.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de Consultoria Jurídica para a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão visa solucionar a falta de orientação e suporte jurídico, o que poderá gerar resultados significativos em termos de economicidade. A solução proposta se traduz em um custo-benefício favorável, pois a

Jenias



consultoria especializada tem a capacidade de reduzir os riscos legais e evitar possíveis litígios que poderiam acarretar gastos elevados com honorários advocatícios e outras despesas judiciais. Ao garantir que as ações do município estejam em conformidade com a legislação vigente, a consultoria ajuda a prevenir erros que poderiam resultar em sanções ou atrasos, impactando negativamente as finanças públicas.

Na busca por otimização dos recursos humanos, a contratação de uma equipe de consultoria jurídica permite que os servidores públicos envolvidos nas atividades administrativas concentrem esforços em suas atribuições principais, sem desvios de atenção para questões jurídicas complexas. Isso promove uma divisão eficiente do trabalho, onde profissionais especializados resolvem consultas e orientações legais, enquanto os funcionários da prefeitura podem focar em suas competências específicas, aumentando a produtividade e eficiência geral.

Em relação aos recursos materiais e financeiros, a consultoria jurídica externa pode proporcionar uma gestão mais eficaz ao evitar investimentos desnecessários em processos longos e custosos. O acesso a informações especializadas e à orientação sobre melhores práticas legais reduz a necessidade de aquisição de materiais e tecnologia que seriam utilizados em tentativas independentes de resolução de problemas jurídicos internamente, resultando assim em uma utilização mais racional do orçamento disponível. Dessa forma, a solução de contratação de Consultoria Jurídica não apenas representa uma economia direta, mas também resulta em uma gestão mais estratégica e responsável dos recursos disponíveis no município.

☰ PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a contratação de consultoria jurídica pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, é fundamental adotar providências que assegurem a eficácia e eficiência na gestão do contrato. Primeiramente, recomenda-se a realização de um mapeamento detalhado das necessidades jurídicas da administração municipal, identificando quais áreas demandam maior suporte técnico. Esse diagnóstico permitirá direcionar o trabalho da consultoria, garantindo que as demandas mais críticas sejam atendidas de forma prioritária.

Além disso, é essencial estabelecer critérios claros de desempenho e resultados esperados no contrato, incluindo indicadores que permitam à Administração Pública monitorar a qualidade dos serviços prestados. A definição desses critérios deve se basear nas necessidades levantadas no mapeamento prévio, possibilitando uma avaliação objetiva do trabalho realizado pela consultoria.

A formação de uma equipe multidisciplinar para gerir e fiscalizar o contrato é outra providência importante. Essa equipe deve incluir servidores com conhecimento em diferentes áreas do direito, bem como em gestão pública, para assegurar uma análise abrangente das questões legais apresentadas. Caso a natureza da consultoria exija conhecimentos especializados que não estão presentes na equipe atual, é justificável promover capacitações específicas para esses colaboradores, visando garantir que a fiscalização e a gestão contratual sejam realizadas de maneira eficiente.



08
09

Adicionalmente, é necessário implementar um sistema de comunicação ágil entre a consultoria e a Administração, que facilite o encaminhamento de demandas e a prestação de contas. O estabelecimento de reuniões regulares e relatórios periódicos pode ajudar a manter todas as partes informadas sobre o andamento dos trabalhos e a evolução das soluções propostas.

Dessa forma, ao seguir essas providências, a Administração estará apta a garantir a adequação da consultoria jurídica às suas necessidades específicas, promovendo um uso responsável dos recursos públicos e um fortalecimento da legalidade nas atividades internas da prefeitura.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução escolhida, que é a contratação de consultoria jurídica pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, revela que não há contratações adicionais necessárias antes da implementação desta solução. A consultoria jurídica visa proporcionar orientação e suporte técnico especializado, o que por si só atende à demanda existente de resolução de questões legais complexas.

As atividades que a consultoria jurídica irá desenvolver não requerem outras contratações que se sobreponham ou complementem diretamente suas funções. Isso significa que todos os serviços jurídicos necessários podem ser executados de forma independente, sem a necessidade de contratações paralelas. As ações da consultoria abrangem análises jurídicas, elaboração de pareceres, assessoria em licitações e contratos, entre outros, que atendem diretamente as necessidades da administração municipal.

Além disso, não foram identificadas adaptações prediais ou manutenções técnicas específicas que deveriam ser realizadas previamente para viabilizar a atuação da consultoria jurídica. Como a natureza dos serviços prestados será essencialmente intelectual e consultiva, não há necessidade de infraestrutura física ou equipamentos adicionais que impeçam ou condicionem o início das atividades da consultoria.

Portanto, considerando a abordagem focada na resolução do problema apresentado, a contratação da consultoria jurídica não depende de quaisquer outras contratações correlatas ou interdependentes para ser realizada efetivamente. A solução proposta pode ser implementada de maneira direta, garantindo que a Prefeitura de Itinga do Maranhão receba o suporte jurídico necessário para resolver suas questões legais de maneira ágil e eficiente.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de consultoria jurídica pela Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão pode gerar alguns impactos ambientais, mesmo que indiretamente. Um dos principais impactos está relacionado ao uso de recursos naturais para a produção de materiais gráficos e documentos que podem ser gerados durante o processo de consultoria. A impressão excessiva de documentos e relatórios, por

Jéssica



69
8

exemplo, pode levar a um aumento no consumo de papel e, portanto, contribuir para a degradação ambiental.

Como medida mitigadora, é essencial incentivar a adoção de práticas como o uso de documentos digitais, reduzindo assim a necessidade de impressão. A digitalização de documentos também facilita o acesso à informação, promove eficiência na comunicação e diminui custos operacionais. Outra ação recomendada é a utilização de material gráfico produzido a partir de papel reciclado, quando a impressão for inevitável.

Adicionalmente, a execução de reuniões e consultas de forma virtual pode minimizar deslocamentos, promovendo a redução da emissão de gases do efeito estufa. Essa prática não apenas contribui com a eficiência energética, mas também colabora para a gestão sustentável dos recursos da prefeitura.

No que diz respeito à logística reversa, é importante implementar processos que garantam o correto descarte e reciclagem de resíduos gerados, principalmente papéis e outros materiais que possam ser recicláveis. A contratação deve incluir cláusulas que abordem a correta destinação de resíduos, assegurando que a empresa contratada seja responsável por essa logística. Incentivar a coleta seletiva dentro da própria prefeitura também contribuirá para uma gestão mais eficiente desses resíduos.

Por fim, a promoção de treinamentos e sensibilizações sobre a importância da sustentabilidade e do uso consciente dos recursos por parte dos funcionários municipais envolvidos no projeto pode reforçar a consciência ambiental em toda a organização, buscando sempre melhorar a eficiência no uso de energia e recursos. Assim, a implementação dessas ações não só visa minimizar os impactos ambientais da contratação, mas também cria uma cultura de sustentabilidade dentro da administração pública.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Itinga do Maranhão - MA, 13 de Janeiro de 2025

Jessica Sabrina Miranda Lopes

Jessica Sabrina Miranda Lopes

Secretária Adjunta Municipal de Finanças